

Governo propõe reforma no ensino de 1º grau

Objetivo é obrigar Estados e municípios a aplicar 15% da arrecadação em educação básica

VANNILDO MENDES

BRASÍLIA — O governo federal vai enviar ao Congresso emenda constitucional que obriga Estados e municípios a aplicar 15% do que arrecadam com Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e Fundo de Participação dos Estados (FPE), no ensino de 1º grau. Além disso, a União aumentará em R\$ 900 milhões os seus repasses vinculados, destinados sobretudo para as regiões mais pobres, de modo que o Brasil passe a aplicar no mínimo R\$ 12 bilhões ao ano na educação básica. A proposta do governo integra amplo programa de valorização do ensino fundamental, lançado ontem pelo presidente Fernando Henrique Cardoso em reunião com os governadores na Granja do Torto.

O programa prevê a criação do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério e estabelece critérios rígidos na aplicação do dinheiro, a fim de impedir os desvios frequentes de recursos. O objetivo é elevar para R\$ 300 a média anual gasta por aluno da rede pública de 1º grau. Hoje, essa média é inferior a R\$ 100 na maioria dos Estados do Norte e Nordeste, contra R\$ 215 recomendados por organismos internacionais.

O pacote de medidas, envolvendo os aspectos fiscais e a reformulação da carreira do magistério, será discutido, ao longo de setembro, com representantes dos Estados e municípios para que as regras tenham eficácia nacional, explicou o ministro da Educação, Paulo Renato de Souza. Em 15 de outubro, o governo manda a proposta final ao Congresso, contendo as modificações de ordem constitucional e a parte a ser fixada em leis federais.

Segundo Paulo Renato, a falta de critérios na aplicação dos recursos educacionais, que tem privilegiado o ensino superior, permite vários tipos de desvios. "De tudo que é destinado para o setor, muito pouco chega efetivamente à sala de aula", constatou. Ele

destacou a má distribuição, que baixa o nível do ensino e avilta os salários dos professores. Há docentes em estados nordestinos ganhando menos de R\$ 30 por mês. "Vamos eliminar da face do País esse tipo de salário indigno."

Sem querer assumir compromisso com a criação de um piso nacional, Paulo Renato assegurou que a média salarial mensal dos professores equivalerá, por norma legal, ao custo per capita anual de R\$ 300 por aluno. Do total de 1,3 milhão de professores de 1º grau do País, 300 mil são leigos e o programa prevê uma fatia dos recur-



Fernando Henrique apresenta proposta para o ensino básico: emenda constitucional depende de negociação com governadores e prefeitos

sos para que eles recebam treinamento.

A proposta não obriga Estados e municípios a destinar mais recursos dos seus orçamentos para o ensino, mas a priorizar a educação básica e a adotar critérios transparentes na aplicação. Estados e municípios que aplicam no ensino fundamental menos do que a média per capita pretendida receberão recursos suplementares da União, desde que criem redes de ensino próprias. O ministro admitiu que as novas regras retirarão a liberdade de Estados e municípios para administrar os recursos da educação, mas disse que a proposta obteve apoio dos governadores com os quais já conver-

versou, inclusive Mário Covas, de São Paulo.

Para o tributarista Antonio Carlos Rodrigues do Amaral, a formação de um fundo com recursos estaduais e municipais para custear o ensino fundamental vai depender de uma grande articulação política. "O professor lembrou que a Constituição de 1988 estabeleceu liberdade para o município usar os 25% destinados à educação de acordo com suas necessidades. 'Resta saber se uma cidade com o problema de analfabetismo equacionado, não terá outras prioridades dentro do setor.'"

GASTO POR ALUNO SERÁ DE R\$ 300 POR ANO

FÓRMULA PARA A EDUCAÇÃO

Principais pontos da proposta do ministro da Educação para reformular o setor

Cada Estado criará seu Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Professor

+

60% dos recursos estaduais e municipais para educação passam a ser administrados pelo Fundo

÷

O dinheiro será distribuído aos Estados e municípios segundo o número de alunos matriculados, que deverão privilegiar o ensino fundamental

Nova carreira

Professores perderão privilégios mas têm promessa de maiores salários

- docentes com diploma universitário ganharão 50% mais
- o teto salarial não poderá ser maior do que o dobro do piso em cada categoria docente
- serão extintos benefícios como abono de faltas, número excessivo de faltas justificadas e licenças
- Estados e municípios terão de qualificar seus professores em cinco anos para que todos tenham ao menos formação de 2º grau
- ingresso na carreira por concurso público

50% dos recursos dos fundos serão destinados aos salários dos professores

Ensino de 1º grau terá orçamento de R\$ 12 bilhões